

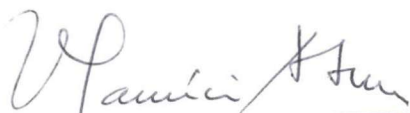
✓

MICHELLE MILLA GOUVÊA

**EDUCAÇÃO SUPERIOR:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E MÉXICO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Economista.

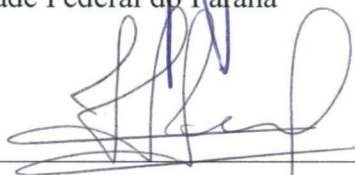
Aprovada em: Curitiba, 11 de dezembro de 2009.



Prof. Dr. Maurício Aguiar Serra – Orientador
Universidade Federal do Paraná



Prof. Dr. José Wladimir Freitas da Fonseca – Examinador
Universidade Federal do Paraná



Prof.^a MSc. Françoise Iatski de Lima – Examinadora
Universidade Federal do Paraná

Educação superior: uma análise comparativa entre Brasil e México

GOUVÊA*, Michelle Milla
SERRA**, Maurício Aguiar

RESUMO: O presente artigo refere-se a um estudo comparativo do ensino superior entre Brasil e México através de índices educacionais elaborados na pesquisa da OCDE do programa *Education at a Glance*. O programa é uma publicação anual de estatísticas sobre educação superior, com dados comparáveis a nível internacional. Os dados utilizados para este estudo foram publicados entre 2001 a 2009, com dados coletados a partir de 1995. Dessa forma, este artigo revela um breve panorama sobre o ensino superior em cada um dos países em questão, comparando-os e analisando-os através dos indicadores do programa da OCDE de maneira a demonstrar as relações existentes entre os sistemas educacionais do Brasil e México. Em resumo, conclui-se que o desenvolvimento educacional foi mais intenso no México no período analisado do que no Brasil, principalmente no que se refere a gastos públicos com o ensino superior e a quantidade de estudante matriculados.

Palavras-chave: Educação superior. Brasil. México. Indicadores. OCDE.

* Acadêmica do curso de Ciências Econômicas, UFPR. Contato: Rua Prefeito Roque Vernalha, 23, – 83206350 – Paranaguá – PR. e-mail: michelle.gouvea@yahoo.com.br

** Professor orientador

INTRODUÇÃO

Atualmente, os governos de muitos países estão cada vez mais focados em melhorar a qualidade dos seus sistemas de educação, em busca de avançar no crescimento e no desenvolvimento econômico de seus países. Na América Latina, como em outras partes do mundo, a educação vem sendo apresentada como o principal instrumento para impulsionar o crescimento econômico. Além disso, a educação desempenha um papel fundamental no aumento de capital social, gerando aumento de renda e promovendo a diminuição das desigualdades. O tema deste artigo é de grande importância principalmente para os países em desenvolvimento, pois pretende realizar uma análise comparativa entre os sistemas de educação superior entre países de forma universal, através de indicadores educacionais de ensino, elaborados pela OCDE, cujo objetivo principal é gerar comparações de forma sustentável entre países e que isto possa trazer melhorias contínuas aos sistemas de educação mundiais.

Brasil e México são as duas maiores economias da América Latina e possuem muitas características semelhantes entre si. Foram dois países colonizados por países ibéricos, com industrialização tardia e que optaram pelo processo de substituição de importações para alavancar suas economias. Dentro disso, se escolheu esses dois países, de características semelhantes para uma análise do sistema educacional de cada um.

O sistema educacional superior no Brasil foi um dos últimos a ser introduzido na América Latina. Porém, hoje se trata do maior sistema educacional deste continente, com 2252 instituições de ensino superior e cerca de 5 milhões de matriculados. Os programas de ensino superior brasileiros são avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, através de um período fixo de tempo, com o objetivo de promover assim uma classificação final aos programas de graduação. Já o México possui um sistema educacional bastante forte a partir de 2001. Divido em universidades públicas, tecnológicas e privadas e com mais de 50% dos matriculados em entidades públicas, o México é um dos países com o maior número de estudantes matriculados em instituições públicas. A partir de 2001, o Departamento de Educação Pública criou o Plano Educacional Nacional 2001-06. O objetivo principal foi definir as regras para o desenvolvimento do sistema educacional

mexicano. Após este plano, consegue-se observar, através de indicadores, a evolução deste sistema em função deste plano educacional.

O estudo descrito neste artigo esta organizado em quatro seções. A primeira seção discorre de um breve panorama dos sistemas educacionais de ensino superior de Brasil e México. A segunda e terceira seção são desenvolvidas a metodologia de análise, e as comparações entre indicadores educacionais superiores brasileiros e mexicanos seguindo o tema proposto. E a ultima seção encontram-se as conclusões finais.

1. O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR: UM BREVE PANORAMA DE BRASIL E MÉXICO.

1.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a instituir universidades. A primeira universidade brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro - UFRJ, fundada em 1920, marcando uma nova era na educação superior do Brasil. A partir disso, entre 1930 e 1964 foram criadas mais 22 novas universidades. Estas foram localizadas nas capitais dos estados e tornaram-se parte da estrutura do sistema federal de universidades públicas, que aumentou muito a partir da década de 1960. Em 1968 ocorreu a reforma universitária, baseada principalmente nos pilares de ensino, pesquisa e extensão. Essa reforma foi acompanhada pelo desenvolvimento da pós-graduação e o envio de brasileiros ao exterior para treinamento mais avançados. Na década de 90 apareceu a Lei da Regulamentação e Normas Para a Educação Nacional, e conseqüentemente, o início da internacionalização das universidades brasileiras. A partir disso, surgiu a necessidade de melhoria da qualidade do ensino superior no Brasil precisava ser melhorada.

Atualmente o Brasil possui o maior sistema de educação superior da America Latina: São 2242 instituições de ensino superior (89% privadas), e 5 milhões de matriculados (INEP,2008). Mesmo assim, a exclusão social é clara quando se observa a taxa de matriculados no ensino superior de jovens entre 18-24 anos: 17%, menos da metade das taxas de outros países latino-americanos e muito abaixo dos 50% dos países desenvolvidos.

O sistema de ensino superior no Brasil se divide em: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores e centros tecnológicos.

As universidades são instituições multidisciplinares de formação de profissionais, pesquisa e extensão, através da produção intelectual, científica e cultural, institucionalizada, tanto a nível nacional como regional. Pelo menos um terço do corpo docente das universidades possui mestrado ou doutorado, e pelo menos um terço do corpo docente trabalha na universidade em tempo integral. As universidades têm autonomia científica e didática, bem como autonomia de administração e gestão dos recursos financeiros e bens. Elas estão vinculadas ao princípio de que o ensino e a pesquisa devem sempre caminhar juntos.

Centros universitários são instituições multicurriculares que oferecem uma formação de excelência e possuem autonomia dos seus cursos de ensino superior e programas. Faculdades integradas são instituições multicurriculares organizadas para agir de forma comum e sob um regime unificado. Faculdades são as únicas instituições de currículo sob o controle direto do governo central. Instituições superiores de educação são instituições de formação de professores. Por último, os centros federais de educação tecnológica são instituições federais autônomas de ensino que oferecem o básico, técnico ou tecnológico em nível de ensino médio e formação pedagógica para professores e especialistas.

Com base nos conceitos acima, pode-se observar na tabela abaixo a diferenciação entre universidades e não universidades (as demais instituições). A primeira é baseada em pesquisa como sendo a sua principal atividade, e a segunda é baseada no ensino em geral. Dessa forma, o Brasil possui 2252 instituições de educação superior, sendo 19% de universidades (183) e o restante considerado não universidades (2.069).

TABELA 1 - NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, SEGUNDO O TIPO DE ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E A UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2008

Unidade da Federação	Total Geral	Universidades	Não-Universidades
Brasil	2252	183	2069
Pública	236	97	139
Federal	93	55	38
Estadual	82	36	46
Municipal	61	6	55
Privadas	2016	86	1930
Particular	1579	29	1550
Comun/Confes/Filant	437	57	380

FONTE: (INEP, 2008)

A educação superior no Brasil está sob o regime da lei 9394/1996, que estabeleceu os

princípios que regulam as bases da educação nacional e está sujeita às decisões do conselho nacional de educação.

Através dessa legislação, o governo federal é responsável pela coordenação de diferentes níveis do sistema de educação como regulação, redistribuição, e substituição de elementos de outras entidades de ensino, tais como a organização e o financiamento do sistema federal de ensino e a promoção do ensino superior. A avaliação constitui uma das formas mais evidentes em que o governo exerce controle sobre o ensino superior, tanto no nível de graduação como no de pós-graduação.

O ensino de graduação e pós-graduação está sujeito ao controle, em termos de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento, através de um período fixo de tempo, tal como estabelecido pela Câmara de Educação Superior do Conselho nacional de educação. A classificação final dos programas de graduação é baseada nos resultados da avaliação conduzida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e incorporada pelo Ministério da Educação. A CAPES visa à melhoria da graduação brasileira, através de avaliação, divulgação, formação de recursos e promoção da cooperação científica internacional (CAPES,2009).

Com base em critérios de internacionalização, os programas de mestrado e doutorado são avaliados através de sua produção científica ou tecnológica; sua competitividade com programas similares de qualidade no exterior; e a evidência de que o corpo docente tem um papel fundamental e de representação na comunidade.

O Ministério da Educação é responsável por fornecer as diretrizes para o reconhecimento de cursos por instituições estrangeiras e validação de diplomas e certificados obtidos no exterior. A Lei 9394/1996 estabeleceu que os diplomas emitidos por universidades estrangeiras devessem ser validado por universidades públicas que ofereçam cursos do mesmo nível, ou equivalentes, respeitando os acordos internacionais de reciprocidade ou de equivalência. O mesmo se aplica ao mestrado ou doutorado.

1.2 ENSINO SUPERIOR NO MÉXICO

O sistema de ensino superior do México inclui ensino superior técnico e associações de graus profissionais chamados de licenciatura (equivalente a graduação no Brasil), pós-

graduação, mestrado e doutorado.

Em 1999, o sistema de ensino superior do México era composto por 1.250 instituições de ensino, 515 estaduais e 735 privadas (ANUIES, 2000)¹. O sistema compreende: as universidades públicas, universidades tecnológicas, instituições privadas, de formação de professores e de outras instituições públicas.

TABELA 2 - NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, SEGUNDO O TIPO DE SUBSISTEMA – MÉXICO – 1999

Subsistemas	Total Geral
México	1250
Pública	515
Universidades Públicas	45
Universidades Tecnológicas	147
Outras Instituições	323
Particulares	735
Educação Universitária	598
Universidades	168
Institutos	171
Outras Instituições	259
Escolas Normais	137

FONTE: (ANUIES, 2000)

O subsistema de universidades públicas é composto por 45 instituições. A maioria das universidades públicas são autônomas, que por lei governam a si mesmo. Essas instituições têm como objetivo educar indivíduos, realizar pesquisas e promover a cultura.

As universidades públicas educam 52% de todos os estudantes de graduação e 48% de estudantes de pós-graduação.

O subsistema de educação tecnológica inclui 147 instituições que, coletivamente, servem as necessidades dos 19% de todos os alunos de graduação e 6% de todos os formandos. Este subsistema é coordenado em sua maior parte pelo governo federal através do Sub-Departamento de Ensino Superior e de Pesquisa Tecnológica do Departamento de Educação Pública, bem como por instituições descentralizadas dos governos estaduais.

¹ Dados atualizados somente até 1999 no site da ANUIES.

O subsistema das universidades tecnológicas é composto pela descentralização das instituições públicas que dependem dos governos estaduais. Todos os três níveis de governo – federal, estadual e em certos casos, municipal – são responsáveis por esta criação. Lançadas em 1991, as universidades oferecem programas tecnológicos. O México tem 147 Universidades Tecnológicas. O aumento das oportunidades educacionais no setor público tem ocorrido principalmente devido à expansão dos programas nesta área, que tem diversificado o ensino superior.

O subsistema do ensino privado inclui 598 instituições, sem contar as escolas de formação de professores. As instituições privadas são universidades (168), institutos (171) e centros, escolas e outras instituições (259). Os programas oferecidos por essas instituições são reconhecidos pelo Departamento de Ensino Público ou do Governo Estadual ou ainda incorporado em uma instituição pública de ensino. Ao longo dos últimos anos, a importância do setor privado tem crescido, sobretudo no nível de graduação.

De acordo com o Departamento de Ensino Público, em 2001 o México possuía cerca de 2 milhões de estudantes matriculados no ensino superior, dos quais 52% deles estudavam em instituições públicas. Ao contrário de muitos outros países da América Latina, os estudantes de instituições privadas são a minoria.

Em 2001, o Departamento de Educação Pública criou o Plano de Educação Nacional 2001-06. O objetivo principal foi definir um norte para o desenvolvimento do sistema de educação superior do México. O plano se baseia em três princípios: a expansão do acesso justo à educação, a promoção de uma educação de qualidade para todos, e o envolvimento da comunidade na educação, através de uma unidade de federalização

Para ampliar o acesso ao ensino superior, o departamento de educação pública aumentou o número de bolsas de estudo e abriu 45 instituições públicas em 2001/02. O movimento adicionou 90.000 lugares ao sistema.

Recursos consideráveis foram alocados para bolsas de estudo de pós-graduação, a fim de elevar o nível do corpo docente de instituições públicas. Os esforços incluem programas para melhorar o corpo docente (PROMEP) e do Programa de Elevação do Nível do Pessoal Docente (SUPERA). O objetivo destes programas é melhorar a qualidade dos professores do setor público em tempo integral. Os resultados foram tornando-se evidentes: 61% dos professores em tempo integral agora têm pós-graduação. Em 2006, 100% dos docentes que

trabalhavam em tempo integral em instituições de ensino superior realizaram pós-graduação.

O fundo para a modernização do ensino superior (FOMES) foi criado em 1989 para melhorar a infra-estrutura das instituições de ensino superior em termos de tecnologia moderna, bibliotecas, laboratórios, centros de línguas, informática e infra-estrutura, bem como para desenvolver programas para melhorar o funcionamento das instituições, tais como programas para realizar o acompanhamento de regressados, colaboração institucional, bem como uma vasta gama de relações acadêmicas. O Plano de Educação Nacional 2001-06 inclui a cooperação do governo como estratégia para elevar a qualidade do sistema de ensino superior.

2. METODOLOGIA

Os indicadores utilizados neste estudo partem da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A base de informações de educação superior faz referência aos estudos publicados pela OCDE de 2001 a 2009 através do programa intitulado *Education at a Glance*. O programa buscou, através de pesquisas mundiais, estabelecer indicadores sobre educação superior entre países, permitindo analisar o papel da educação no desenvolvimento econômico dos países.

Em função da indisponibilidade de algumas informações dos países estudados e em alguns períodos específicos, os dados escolhidos para análise possuem os mesmos critérios, respeitando as características específicas de cada um. Sendo assim, as comparações entre os indicadores podem ocorrer, em alguns momentos, para anos diferentes, contudo próximos. Também foi escolhido analisar as informações divulgadas para os dois países, visto que em alguns momentos os dados brasileiros não estão relacionados aos mexicanos. Cabe ressaltar que os dados divulgados pela OCDE refletem o nível educacional brasileiro a nível nacional, independente das características específicas regionais que venham a existir.

Com relação aos níveis de educação aqui estudados, baseou-se na Classificação Padrão Internacional para a Educação de 1997 (*Internacional Standard Classification of Education – ISCED-97*) que subdivide a educação em seis níveis. Este estudo analisa somente os níveis 5 e 6 que se referem à educação superior, discriminados na seguinte maneira:

- a. Ensino Superior do Tipo A² – ISCED A – são programas voltados para a pesquisa avançada. Possuem como base teorias e profissões que envolvem grande habilidade (como medicina e odontologia). Estes cursos duram em torno de cinco anos ou mais e são ofertados por universidade e não-universidades.
- b. Ensino Superior do Tipo B³ – ISCED B – são programas focados nas ocupações de entrada direta no mercado de trabalho, envolvendo habilidades práticas e técnicas. Estes cursos possuem uma duração menor que os cursos do tipo A.
- c. Qualificações de Pesquisa Avançada⁴ – ISCED 6 – são programas destinados especificamente a estudos avançados e pesquisas inovadoras. Em média, levam em torno de 3 anos de estudo/pesquisa integral gerando ao final do processo em média 8 anos de ensino superior.

Além dessas definições, é indispensável estimar a idade média para a conclusão de cada um destes tipos de cursos nos dois países, já que alguns indicadores relacionam os níveis de estudo ao total da população por faixa etária. Para o nível ISCED-5A, no Brasil e no México a idade média para a conclusão é de 23 anos. Para o ISCED-5B, no Brasil a idade média é de 23, contra 20 no México. E para a conclusão do nível ISCED-6 é de até 28 anos no México e 29 no Brasil⁵.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Com base nas categorias de nível educacional ISCED-5A, 5B e 6, a seguir serão analisados os principais indicadores de ensino superior no Brasil e no México.

A tabela 3 mostra o percentual da população com ensino superior completo em ambos os países, por faixa etária.

² *Tertiary type A education*

³ *Tertiary type B education*

⁴ *Advanced Research Qualifications*

⁵ *Education at a Glance 2008, Annex , Table X1.1c, p. 500.*

TABELA 3 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE CONCLUINTES DO ENSINO SUPERIOR POR FAIXA ETÁRIA – BRASIL E MÉXICO – 1999

Faixa etária	ISCED-5B				ISCED-5A e ISCED 6			
	Ages 25-34	Ages 35-44	Ages 45-54	Ages 55-64	Ages 25-34	Ages 35-44	Ages 45-54	Ages 55-64
México	2	1	n	n	14	14	9	5
Brasil	X	x	x	x	7	9	9	5

FONTE: OECD (2001)

NOTAS: x: informações incluídas no ISCED-5A e ISCED 6.

Comparando esses indicadores de conclusão de ensino superior nos dois países, em 1999 o México tinha 14% da sua população entre 25 e 34 anos com o ensino superior completo, enquanto no Brasil essa parcela era apenas a metade da mexicana: 7%.

Conforme a tabela acima, pode-se verificar que, quanto mais idosa a população, menor é o percentual de indivíduos que freqüentam o ensino superior. Dessa forma, pode-se concluir que, com o passar dos anos, a população senil terá um percentual maior de conclusão do ensino superior, já que os dados atuais mostram que o número de jovens constituirá a parcela de idosos das próximas décadas.

Realizando uma análise em anos anteriores a 1999, verifica-se que os indivíduos que constituem a análise atual da faixa etária entre 45-54 anos, constituíram na década de 70 a faixa etária entre 25-34 (20 anos atrás) e que os idosos que estão na faixa entre 55-64 anos, constituíam a faixa entre 35-44 anos. Observa-se que neste período, o Brasil e o México estavam, em termos de educação superior, no mesmo nível, ou seja, o percentual da população que possuía o ensino superior concluído era igual.

Outra análise importante referente a esses dados é que ao contrário do México, o Brasil não evoluiu no percentual de concluintes do ensino superior. Houve uma regressão de cerca de 2 pontos percentuais na faixa entre 25-34. Isso significa que com o passar do tempo, há uma tendência de que o Brasil demore um período muito maior para alcançar um percentual comparável aos demais países da América Latina.

TABELA 4 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO CONCLUINTES DO ENSINO SUPERIOR POR FAIXA ETÁRIA (%) - 2007

Faixa Etária	ISCED-5B				ISCED-5A e ISCED 6			
	Ages 25-34	Ages 35-44	Ages 45-54	Ages 55-64	Ages 25-34	Ages 35-44	Ages 45-54	Ages 55-64
México	1	1	1	1	24	15	14	8
Brasil	X	x	x	x	10	10	10	8

FONTE: OECD (2009)

NOTAS: x: informações incluídas no ISCED-5A e ISCED 6.

Seguindo a evolução dos dados, e conforma a tabela 4, no ano de 2007, o percentual da população que completou o ensino superior no Brasil na a faixa etária de 25-34 anos foi de 10%. No México, o percentual da população foi de 25% (24% com ISCED 5-A e ISCED-6 e 1% ISCED-5B). Isso demonstra que, comprando as tabelas 3 e 4, em 8 anos, o México avançou cerca de 10 pontos percentuais no que se trata de alcance da população contra apenas 3 pontos percentuais do Brasil.

TABELA 5 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA COM ENSINO SUPERIOR (%) - 2007

Ensino Superior	1999		2007	
	ISCED-5B	ISCED-5A e ISCED-6	ISCED-5B	ISCED-5A e ISCED-6
México	2	14	3	22
Brasil	x	9	x	9

FONTE: OECD 2001 e 2009.

NOTAS: x: informações incluídas no ISCED-5A e ISCED 6.

Outra análise importante como panorama geral do ensino superior é a formação da força de trabalho. Considerando que a População Economicamente Ativa (PEA) seja entre 25-64 anos, pode-se verificar que o percentual da PEA, que possuía ensino superior completo, no Brasil, em 2007, era de 9% (ISCED 5-A e ISCED-6). Em contrapartida, a taxa do México era

de 22%. Em análise aos dados de 1999, verifica-se que o Brasil pouco, ou nada, evoluiu com relação a sua PEA. Já o México teve uma evolução de 8 pontos percentuais.

Com relação ao período de tempo dedicado ao ensino superior, verifica-se que no Brasil e no México, esses dados são bastante equivalentes, mesmo olhando ao longo do tempo, conforme abaixo:

TABELA 6 – PERÍODO DEDICADO A CONCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR (1995 = BASE 0), (NÚMERO DE ANOS) - 1999 e 2007

	Anos de dedicação	
	1999	2007
México	0,9	1,4
Brasil	0,8	1,3

FONTE: OECD (2001 e 2009).

Pode-se assim concluir que nem no Brasil, nem no México, os ingressantes de ensino superior chegaram a concluir o curso, já que o mínimo para a formação da graduação é de 4 anos (nos dois países). Porém, não pode-se concluir de imediato, mas há uma tendência em que tanto os brasileiros como os mexicanos desistem da graduação, por motivos que não serão analisados neste estudo.

Após a análise de conclusão do ensino superior por faixa etária e os anos despendidos pela PEA no ensino superior, faz-se necessário a análise dos gastos com o ensino superior nestes países.

Os dados das tabelas 7 e 8 referem-se ao gastos anuais despendidos por estudante de ensino superior. Esses indicadores são baseados na Lei do Preço único, ou Paridade do Poder de Compra (PPC), possibilitando assim as comparações entre países e períodos. Verifica-se, assim, uma redução de 30% no custo médio no Brasil, que durante o mesmo período teve um aumento de apenas 1% no total da população com ensino superior (conforme tabelas 4.1 e 4.2). Ou seja, enquanto o número de indivíduos graduados aumentou o valor anual destinados à educação foi reduzido, isto apenas considerando os gastos das instituições públicas.

Em se tratando dos gastos do México, o que se observa é justamente o contrário. Enquanto a participação da população com ensino superior aumentou em 10% o custo médio do estudante aumentou cerca de 70% (considerando os dados de gastos totais).

TABELA 7 – GASTOS ANUAIS POR ESTUDANTE (US\$) – 1998

Gastos em Moeda Norte-Americana	1998		
	Total	ISCED-5B	ISCED-5A e ISCED 6
México	3.800	2.535	3.666
Brasil ^{6,7}	14.618	x	14.618

FONTE: OECD (2001)

NOTAS: ⁶ refere-se ao ano de 1997

⁷ refere-se apenas a gastos de instituições públicas.

TABELA 8 – GASTOS ANUAIS POR ESTUDANTE (US\$) – 2006

Gastos em Moeda Norte-Americana	2006		
	Total	ISCED-5B	ISCED-5 ^a e ISCED 6
México	6.462	5.459	5.899
Brasil ⁷	10.294	x	10.294

FONTE: OECD (2008)

⁷ refere-se apenas a gastos de instituições públicas.

De acordo com a tabela a seguir, pode-se verificar a relação entre os gastos totais de educação, através de percentuais para os recursos destinados ao ensino superior, e o percentual de estudantes matriculados neste nível de ensino, em relação ao total de estudantes matriculados em todos os níveis de ensino (todas as categorias ISCED).

TABELA 9 – PERCENTUAL DOS GASTOS COM A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM RELAÇÃO AO TOTAL GASTO COM A EDUCAÇÃO E AO TOTAL DE MATRÍCULAS (%) - 2006

	ISCED-5A, ISCED-5B e ISCED-6	
	Percentual de despesas de instituições de ensino	Percentual de alunos matriculados, com base em equivalentes de tempo integral
México	20	7,6
Brasil ⁸	15,7	2,7

FONTE: OECD (2009)

No caso mexicano, foram destinadas as instituições de ensino superior cerca de 20% do total de gastos reservados para educação, sendo 7,6% dos estudantes matriculados nessa categoria de ensino.

Os dados brasileiros contemplam apenas as instituições de ensino público. A parcela dos gastos com educação superior foi de 15,7%, em 2006, sendo que apenas 2,7% do total de estudantes estavam matriculados nesse nível de ensino. Segundo o relatório publicado pela OECD em 2008⁶, esses dados colocam o Brasil como o país que mais investe em educação superior no mundo, em função desta proporção de altos gastos, versus o percentual de matriculados no ensino superior.

Outra análise que pode ser realizada sob o ponto de vista de gastos com educação, são os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Com base nos dados da tabela 10, verifica-se que em 2006, os gastos com P&D por estudante no México foram de 1.069 US\$, sendo cerca de 4 vezes maior que no Brasil (227 US\$). Considerando esta divisão dos gastos, pode-se afirmar que os gastos no Brasil são focados em serviços essenciais de ensino, restando apenas 2,2% dos recursos para Pesquisa e Desenvolvimento.

TABELA 10 – DESTINAÇÃO DE GASTOS ANUAIS POR ESTUDANTE (US\$) – 2006

	ISCED-5A, ISCED-5B e ISCED-6		
	Gastos Totais	Gastos com P&D	Gastos com serviços essenciais
México	6.462	1.069	5.393
Brasil	10.294	227	10.067

FONTE: OECD (2009)

Ainda sob o ponto de vista de investimentos em educação, pode-se analisar os investimentos através da separação entre gastos públicos e privados nestes países. Infelizmente para o Brasil os dados com gastos de instituições privadas não foram disponibilizados, pois todas as informações aqui presentes referem-se a instituições públicas. Porém, os dados constatam que o Plano Nacional de Educação do México – 2001/2006 realmente teve bons resultados. Conforme informado na seção 2.2, o México, ao criar este Plano Educacional Nacional, priorizou os gastos com instituições públicas, através de recursos despendidos pelo

⁶ OECD Note for Brazil-Education at a Glance 2008.

governo na criação de 45 novas instituições q adicionaram cerca de 90.00 lugares ao sistema. E através do indicador abaixo consegue-se constatar que os gastos públicos no México realmente são mais altos que os privados.

TABELA 11 – PERCENTUAL DE GASTOS PÚBLICOS E PRIVADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL GASTO (%) - 2000-2006

	ISCED-5A, ISCED-5B e ISCED-6			
	Gastos Públicos		Gastos Privados	
	2001	2006	2001	2006
México	79,4	67,9	20,6	32,1
Brasil	m	m	m	m

FONTE: OECD (2009)

NOTAS: m informações não disponíveis.

TABELA 12 – ÍNDICE DE VARIAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (2000=100, A PREÇOS CONSTANTES) - 1995-2006

	1995	2000	2002	2003	2004	2005	2006
México	75	100	119	113	111	119	118
Brasil	78	100	102	107	101	118	124

FONTE: OECD (2009)

Mais um dado importante, desta vez para o Brasil, é a variação dos gastos públicos em instituições de ensino superior. Percebe-se que no caso brasileiro, os gastos públicos com o ensino superior vêm aumentando ao longo do tempo, principalmente no que se refere aos anos de 2005 e 2006. Neste período, houve o maior gap de investimento: 6 pontos percentuais. Já no caso mexicano, pode-se constatar que o grande salto foi entre 2000-2002, com um aumento de 19%. Isso reflete as ações direcionadas pelo Programa Nacional de Educação do México iniciadas no ano de 2001. Porém, ao longo do período analisado, os gastos públicos com ensino superior no México vêm se mantendo constantes, com uma leve redução nos anos compreendidos entre 2003-2004 e 2005-2006.

Para finalizar as análises com relação aos gastos com educação superior, pode-se confrontar esses gastos com o PIB de cada um dos países.

TABELA 13 – DESPESAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO EM FUNÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB (%) - 1995-2006

	1995	2000	2006
México	0,2	0,3	0,8
Brasil	0,7	0,7	0,8

FONTE: OECD, (2001 e 2009)

A partir dos dados da tabela 13, observa-se que pouco se evoluiu no Brasil em relação ao percentual de gastos públicos com o ensino superior no período de 1995-2006. Em contrapartida, pode-se analisar que o México teve uma elevação considerável, de 0,3% em 2000 para 0,8% em 2006. Mesmo assim, ambos os países possuem um percentual comparável ao PIB muito abaixo em relação aos gastos com ensino superior comparáveis a outros países da América Latina.

Comparando-se então, o número de indivíduos matriculados no ensino superior nestes países, tem-se:

TABELA 14 - PERCENTUAL DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR EM FUNÇÃO DAS INSTITUIÇÕES (%) - 1998-2006

	Instituições Públicas								
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
México	65,4	78,1	78,2	81,1	82,4	85,2	82,0	84,2	85,2
Brasil	M	39,4	36,9	34,6	32,6	31,7	30,7	29,7	28,2
	Instituições Privadas								
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
México	34,6	21,9	21,8	18,9	17,6	14,8	18,0	15,8	14,8
Brasil	M	60,5	63,0	65,4	67,4	68,3	69,3	70,3	71,8

FONTE: OECD, 2001 e 2008.

Pode-se observar que ao longo do tempo, os estudantes brasileiros estão preferindo as instituições particulares. Em 2006, o percentual de estudantes matriculados em instituições privadas já era de 71%.

Já no México ocorre o inverso. O percentual de estudantes matriculados no ensino superior em instituições públicas vem aumentando a cada ano. Verifica-se que ao longo do Plano de Educação Nacional 2001-06 do México, o percentual de matriculados em instituições

públicas é cada vez maior. Em 2006, cerca de 85% dos estudantes estudavam em instituições públicas.

Em análise aos estudantes de ensino superior, pode-se analisar ainda mais dois indicadores importantes no que se refere a este assunto: quais os cursos pelos quais os estudantes estão optando e o percentual de matriculados por faixa etária.

TABELA 15 – PERCENTUAL DE ESTUDANTES GRADUADOS POR ÁREA DE ESTUDO COM RELAÇÃO AO TOTAL DE GRADUADOS (%) - 2000-2007

	México		Brasil	
	2000	2007	2000	2007
Matemática, Estatística	7,4	7,6	2,2	2,9
Jornalismo e Informação	0,7	0,7	6,8	5,9
Artes e Humanidades	17,8	18,2	32,2	28,6
Ciências Sociais, Administração e Direito	43,5	45,6	41,2	38
Saúde e bem estar	13,6	14,2	12,9	14,7
Processamento e Manufaturados	10,6	8,9	1,7	5,0
Engenharias e Agricultura	6,4	4,8	3,0	4,9

FONTE: OECD (2009)

De acordo com a tabela 15, observa-se que, tanto no Brasil quanto no México há preferência pela área de Ciências Sociais, Administração e Direito. Verifica-se ainda que, essa preferência se manteve entre 2000 e 2007.

Em função disso constata-se que os dois países possuem um foco mais preciso em cima da área de Ciências Sociais, Administração e Direito.

Também pode-se realizar uma análise sobre a faixa etária dos matriculados no ensino superior, conforme tabela abaixo:

TABELA 16 – PERCENTUAL DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR POR FAIXA ETÁRIA – BRASIL E MÉXICO - 1998-2007

	México								
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
18 anos	0,0	3,3	4,3	4,1	3,2	3,3	4,4	4,4	4,2
19 anos	9,0	9,0	9,1	9,3	9,3	9,4	9,1	9,0	9,0
20-24 anos	48,2	49,5	51,2	51,3	51,2	52,6	53,1	53,7	51,2
25-29 anos	18,9	19,0	19,1	18,8	19,8	20,2	22,0	21,8	23,6
30-34 anos	6,0	6,7	6,6	6,9	7,1	7,7	7,9	7,3	7,0
35-39 anos	4,3	3,2	2,2	1,2	1,7	2,3	2,2	3,1	3,2
mais de 40 anos	13,6	9,3	7,5	8,4	7,7	4,5	1,3	0,7	1,8
	Brasil								
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
18 anos	m	5,5	5,9	5,9	0,0	5,1	4,6	4,6	5,2
19 anos	m	9,0	9,5	9,5	0,7	8,1	7,4	7,5	7,6
20-24 anos	m	46,0	44,2	44,4	44,1	44,7	43,9	43,0	42,3
25-29 anos	m	17,5	16,9	16,8	25,5	17,3	17,3	18,0	19,1
30-34 anos	m	9,9	10,1	10,1	11,9	9,4	10,1	10,5	9,4
35-39 anos	m	5,7	5,9	5,8	7,8	6,6	7,1	7,2	7,0
mais de 40 anos	m	6,4	8,1	7,0	9,9	8,2	8,7	8,4	8,3

FONTE: OECD (2009)

Observa-se que nos dois países, a faixa etária com maior percentual de estudantes matriculados está entre 20-24 anos de idade. Em segundo lugar vem a faixa de 30-34 anos. Percebe-se ainda que todas as faixas estão muito próximas entre México e Brasil, o que revela uma semelhança com relação as faixas de estudantes de ensino superior.

Para finalizar a análise dos indicadores educacionais, destaca-se dentre muitos dos indicadores analisados que o México, mesmo tendo semelhanças econômicas com o Brasil, está muito acima com relação ao sistema educacional de ensino superior, principalmente no que tange aos indicadores de estudantes matriculados, aos gastos com instituições públicas e o foco em políticas educacionais para melhores resultados.

4. CONCLUSÃO

Em linhas gerais, pode-se avaliar que de todos os indicadores analisados, os indicadores educacionais brasileiros e mexicanos tem, ao longo do tempo, e principalmente no período de 2001-2006, se distanciando cada vez mais, com exceção de alguns itens que se revelaram bastante próximos.

Um dos principais motivos para que o México tenha evoluído em seus indicadores educacionais, foi o Plano de Educação Nacional – 2001-06. A partir disso, pode-se verificar em indicadores como os gastos com instituições públicas e o número de matriculados nestas instituições financiadas pelo governo que o plano contribui positivamente para o avanço educacional mexicano.

Em meio aos principais indicadores tem-se: o percentual de concluintes do ensino superior, que durante a década de 70 eram muito semelhantes e que a partir desse período, foram se distanciando; o percentual da população economicamente ativa que possui o ensino superior concluído, cujas taxas de 2007 mostram a grande discrepância entre Brasil e México; e o período dedicado a conclusão do ensino superior, que mesmo após um período de tempo, Brasil e México despenderam tempos muito próximos para a conclusão do ensino superior.

Após o Plano Educacional Nacional 2001-06, o México deu um salto considerável em seu sistema educacional. Isso é claramente observado principalmente nos indicadores de percentual de estudantes matriculados em instituições financiadas pelo governo e o percentual de gastos das instituições públicas em relação aos gastos totais.

Em se tratando especificamente de gastos com educação, verifica-se que os gastos brasileiros são muito superiores aos mexicanos, tanto em gastos anuais por estudantes como percentual de gastos com o sistema educacional como um todo. Ainda assim, é interessante lembrar que mesmo com os maiores gastos em educação, o Brasil gasta, em média, um quarto do que o México em Pesquisas e Desenvolvimento (P&D).

Em conclusão, verifica-se que a educação superior nos dois países era muito similar na década de 70 e que após o plano educacional mexicano, as ações tomadas pelo governo mexicano obtiveram maiores sucessos que as brasileiras. Isso se reflete através dos indicadores de educação superior demonstrados durante este estudo. Porém, muitos indicadores continuam revelando que ainda há muito que fazer nos dois países, principalmente no que se

refere ao percentual da população economicamente ativa com ensino superior completo e o percentual de matriculados por faixa etária.

Higher Education: A comparative analysis between Brazil and Mexico

ABSTRACT: This article refers to a comparative study of higher education between Brazil and Mexico through educational indicators based on the OCDE research of Education at a Glance program. The program is an annual publication of statistics about higher education, with comparable data at international level. The data used for this study were published between 2001 and 2009, with data collected since 1995. Thus, this paper presents a brief overview of the higher education in each of the countries concerned, comparing it and analyzing it through the OCDE program indicators in order to demonstrate the relation between the education systems of Brazil and Mexico. In summary, it concludes that in the analyzed period the educational development was more intense in Mexico than in Brazil, especially with regard to public spending on higher education and the number of students enrolled in higher education.

Keywords: Higher education. Brazil. Mexico. Indicators. OCDE

REFERÊNCIAS

Education at a Glance 2001: Disponível em:

http://www.oecd.org/document/52/0,3343,en_2649_39263238_37539316_1_1_1_1,00.html –
Acesso em 15/08/2009

Education at a Glance 2008: Disponível em:

http://www.oecd.org/document/52/0,3343,en_2649_39263238_37539316_1_1_1_1,00.html –
Acesso em 15/08/2009

Education at a Glance 2009: Disponível em:

http://www.oecd.org/document/24/0,3343,en_2649_39263238_43586328_1_1_1_1,00.html –
Acesso em 03/10/2009

Internacional Standard Classification of Education (ISCED-97). Disponível em:

<https://www.oecd.org/dataoecd/10/7/41274044.pdf>. Acesso em 12/08/2009

HANS DE WIT, ISABEL CRISTINA JARAMILLO, **Higher Education in Latin America – The Internacional Dimension**, 1 ed. Washigton, D.C, Editora The World Bank.2005